

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: Estudo das Empresas Localizadas na Região Administrativa de Sorocaba - SP**

**YÃ KAIE DE LIMA FRANÇA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

**EDENIS CESAR OLIVEIRA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: Estudo das Empresas Localizadas na Região Administrativa de Sorocaba - SP**

### **1 INTRODUÇÃO**

As transformações ocorridas nas últimas décadas no contexto empresarial traz em sua bagagem maneiras de como fazer a gestão responsável da corporação, atentando-se às necessidades que vão além da ótica da satisfação do cliente e do retorno de lucros para seus acionistas, mas também a atenção em responder aos seus *stakeholders*, ampliando os estudos sobre o tema Responsabilidade Social Corporativa-RSC (BARROS e TENÓRIO, 2006).

Bowen (1953) iniciou discussões sobre o que engloba as responsabilidades do empresário diante da RSC, auxiliando gestores a tomarem decisões que correspondam também às necessidades e valores da sociedade, pois nem sempre o Estado consegue suprir as carências da população, fazendo com que as empresas não se limitem apenas em aspectos mercadológicos e atuem na minimização de problemas sociais em seu ambiente interno e externo.

As corporações são cada vez mais exigidas a serem responsáveis pelos fatores que fazem parte da sua produção, seja em seus produtos ou serviços. Nesse sentido, a RSC vem ganhando espaço nas decisões das organizações no âmbito da gestão estratégica com foco nos seus consumidores e, mais especificamente, nas escolhas que esses fazem a respeito do serviço ou produto oferecido pelas empresas. Além disso, transformaram-se em informações externas para investidores e outras entidades interessadas no posicionamento da organização no mercado.

No Brasil, a prática da Responsabilidade Social Corporativa vem, gradativamente, ganhando espaço nas últimas décadas, principalmente com a criação de organizações não governamentais, institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas para essa questão (PATROCÍNIO e COHEN, 2016).

Internacionalmente, temos como referência o *Global Reporting Initiative (GRI)*, órgão não governamental, baseado em modelos e diretrizes que contemplam a Responsabilidade Social Corporativa, além de outras vertentes ligadas à sustentabilidade. No contexto nacional, o Balanço Social, criado pelo Instituto Brasileiro de Análises Econômicas (IBASE), cujo objetivo principal era “chamar a atenção dos empresários e de toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização anual do balanço social em um modelo único e simples” (IBASE, 2008). Posteriormente, surge o Instituto Ethos – Empresas e Responsabilidade Social, que adota os princípios do Pacto Global, órgão instituído por iniciativa da Organização das Nações Unidas – ONU, e a mais recente ABNT NBR ISO 26.000. De acordo com Passador (2002) todas as diretrizes para formulação de relatórios têm como objetivo ajudar as empresas a compreenderem e incorporarem o conceito da Responsabilidade Social no cotidiano de sua gestão.

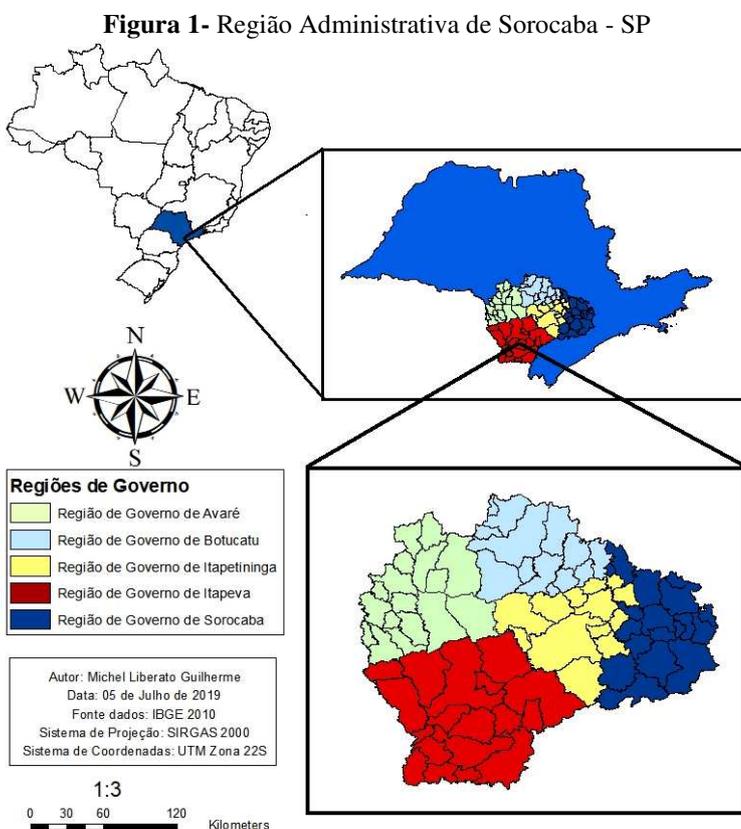
A prática da Responsabilidade Social parte de ações voluntárias das empresas e não deve ser confundida com ações compulsórias impostas pelo governo ou por quaisquer incentivos externos (como fiscais), ficando a critério da empresa dar publicidade às ações práticas referentes a RSC. Todavia, as informações sociais divulgadas ganham espaço à medida que os investidores, clientes e colaboradores têm a oportunidade de obter mais informações sobre a empresa. Segundo Ashley (2005), pode-se observar que o entendimento e envolvimento com questões sociais não se dão igualmente nas diversas regiões do país, apresentando particularidades devido a determinantes culturais, sociais, tecnológicos, competitivos e geográficos.

Diante desse contexto, a questão norteadora para o presente estudo, pode ser definida da seguinte forma: Qual o posicionamento das empresas localizadas na Região Administrativa de Sorocaba-SP, afiliadas ao Instituto Ethos, quanto a prática da Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

Isto posto, esta pesquisa objetiva mapear o posicionamento das empresas localizadas na Região Administrativa de Sorocaba – SP, afiliadas ao Instituto Ethos, quanto a prática da Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

### 1.1 Breve caracterização da área de estudo

A Região Administrativa de Sorocaba, estado de São Paulo, é subdividida em cinco (05) regiões de governo composta por setenta e nove (79) municípios. Esse recorte geográfico vem se caracterizando por uma intensa expansão populacional, tendo em seu fator histórico uma grande concentração de empresas (SEADE, 2019). A Figura 1 destaca a região de pesquisa no contexto estadual.



A Tabela 1 apresenta de forma sistematizada as regiões de governo pertencentes a Região Administrativa de Sorocaba, seguido pela quantidade de cidades que as integram e seus respectivos números de habitantes.

Tabela 1. Regiões de Governo e seus respectivos habitantes.

<b>Região Administrativa de Sorocaba</b>		
<b>Regiões de Governo</b>	<b>Nº de Cidades</b>	<b>População</b>
Avaré	17	292.292
Botucatu	13	303.816
Itapetininga	13	513.922

Itapeva	18	336.600
Sorocaba	18	1.593.781
Total	79	3.040.411

Fonte: Elaborada a partir de SEADE (2019).

De acordo com dados do SEADE (2019), a Região Administrativa de Sorocaba possui população de 3.040.411 habitantes em seu território, um número significativo, se considerar que representa aproximadamente 25% da população do estado de São Paulo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Responsabilidade Social Corporativa

Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ou Responsabilidade Social Empresarial (RSE), segundo Tenório (2006), surgiu durante o século XX com o filantropismo, passando pelo desenvolvimento da sociedade industrial e pós-industrial. Esse conceito evoluiu, começando a ter significância no plano de negócios das corporações. Para efeito desse estudo, utilizar-se-á nomenclatura RSC.

Bowen (1953) em seu livro *Social Responsibilities of the Businessman*, traz fundamentos que demonstram quais são as responsabilidades sociais dos empresários, para tomarem decisões e agirem no plano de ações em busca dos objetivos e valores da sociedade. Segundo Carroll (1979), o autor é conhecido como o “pai da Responsabilidade Social Corporativa”. Em sua obra, estrutura um conjunto de abordagens teóricas no sentido de legitimar a livre iniciativa relacionada à ação social das empresas.

Durante os anos de 1970 e 1980, amplia-se a definição da atuação na prática da Responsabilidade Social Corporativa definidas por Bowen (1953), onde as decisões e as ações da empresa baseiam-se em práticas da RSC fazendo com que a organização atue além de seus interesses técnicos e econômicos, atentando-se a questões de âmbito social (BUSCH e RIBEIRO, 2009).

Carroll (1979) afirma que a Responsabilidade Social Corporativa pode ser entendida como a expansão do papel empresarial além de seu escopo econômico e de suas obrigações legais, a RSC se configura também como algo que deve ser realizado para aumentar seus lucros e de seus acionistas. Para autores como Higuchi e Vieira (2012), a Responsabilidade Social Corporativa, implica em executar ações que tragam benefícios, não somente para investidores, mas também para a sociedade. O que caracteriza uma empresa como socialmente responsável é a sua preocupação com o desenvolvimento social sustentável, manifestada por meio de programas consistentes, que tenham continuidade e demonstrem resultados para todos (ARAÚJO, 2006). Apesar de a atividade empresarial ser privada, a companhia presta um serviço e deve, necessariamente, atender ao interesse público (TENÓRIO, 2006).

Para Ashley (2005), raros são os casos de empresários e executivos que ainda desconsideram totalmente suas responsabilidades sociais dentro da gestão da empresa, implicando em uma estrutura pré-definida para permanecerem no mercado na acirrada concorrência entre empresas de diversos setores, interessadas em atrair novos investidores e aumentar o nível de confiança junto aos mercados. Estudo realizado por Beck e Ferrari (2012) mostra que a população está cada vez mais atenta à questão da Responsabilidade Social Corporativa, como resposta às demandas oriundas de seus *stakeholders*, podendo, em muitos casos, se tornar uma fonte de vantagem competitiva.

Organizações mais exigentes passaram a divulgar informações adicionais acerca da gestão empresarial e ações de responsabilidade social (MOURA et al., 2010). A prática da RSC pode ser adotada por empresas de todos os setores da economia, seja no setor primário

que abrange atividades de extração e agricultura, no setor secundário, como atividades de transformações de bens (indústria de manufatura), e no terciário na área de prestação de serviços (ALMEIDA et al., 2012).

No Brasil, em 1977 a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE) propôs um debate sobre balanço social das empresas nacionais e, ao longo da década de 1990, surgiram instituições como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, além de outras que inseriram na agenda corporativa nacional o assunto em questão (APPIO et al., 2018). O conceito da criação de órgão com bases e diretrizes sobre RSC objetiva que a empresa, visando um retorno em longo prazo, pratique ações que contribuam diretamente com os benefícios sociais. Assim, a empresa que esteja atuando na prática da RSC e atendendo as necessidades da comunidade terá como resultado uma comunidade mais consolidada, com impactos positivos diretos na gerência do negócio (TOMEI, 1984).

## **2.2 Instituto Ethos**

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é um polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Criado em 1998, tem como objetivo sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável (ETHOS, 2019).

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tem grande participação na promoção do bem-estar dos seus públicos, classificados como público interno: acionistas, empregados, administradores; e, externos: consumidores, fornecedores, governos, comunidades locais, ambiente e o público em geral. Desde a sua criação, o Instituto Ethos tem recebido grande aceitação e atualmente é considerado uma das principais referências sobre o tema no Brasil, com ações voltadas para o meio empresarial, promoção de cursos, palestras, seminários e diretrizes para que os temas relacionados à responsabilidade social sejam incluídos nos processos decisórios das organizações. Os empresários estão se conscientizando de que a empresa não é somente uma unidade de produção e distribuição de bens e serviços que suprem necessidades da sociedade, mas que deve atuar de acordo com diretrizes da responsabilidade social que gerem respeito, qualidade de vida e bem-estar aos integrantes de seu ambiente interno e externo (DIAS, 2011).

A sede do Instituto fica localizada na cidade de São Paulo, portando em sua carteira de afiliados o total de 438 empresas nacionalmente e 1 no exterior, conta com 250 localizadas no Estado de São Paulo, o que equivale mais da metade de seus afiliados, sendo o território que abriga a maior porcentagem da indústria nacional (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2019).

Os Indicadores Ethos estão disponíveis para todas as empresas, independentemente do seu porte ou setor de atuação. Para serem incluídas na relação das empresas afiliadas ao Instituto, as organizações devem primeiramente, responder um questionário demonstrando o perfil da empresa dentre as diretrizes propostas. Após análise, o instituto promove o *feedback* para as empresas de acordo os indicadores Ethos de Responsabilidade Social (ETHOS, 2019).

## **2.3 Bases e diretrizes da Responsabilidade Social Corporativa**

A Responsabilidade Social Corporativa vem sendo discutida e criando-se meios para a efetivação, orientação, medição e evidenciação da prática da RSC. Diante disso, existem órgãos independentes, não governamentais e associações que colaboram de variadas formas para a prática da Responsabilidade Social Corporativa. Formulando bases e diretrizes para criação de relatórios de sustentabilidade que descrevem os impactos sociais das organizações,

e por meio deles é possível medir e divulgar os impactos causados pelas atividades das organizações e suas preocupações com o meio onde estão inseridas (ETHOS, 2019).

A prática de evidenciação de RSC satisfaz uma demanda da sociedade em obter informações que demonstrem a contrapartida dos ganhos econômicos obtidos pela empresa, sejam pela utilização dos recursos naturais, materiais ou humanos de uma determinada localidade, como da prestação de contas quanto à atuação dessas organizações, resultante do compromisso formado pela relação da corporação com a população local. Com isso, este processo de melhoria social geraria benefícios sociais à comunidade e melhoria na qualidade de vida, aumento do consumo, entre outros (TOMEI, 1984).

O *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização internacional independente, pioneira em relatórios de sustentabilidade, criada em 1997 com o objetivo de contribuir para a melhoria dos relatórios emitidos pelas organizações e estimular a adoção voluntária de indicadores com maior qualidade, rigor e aplicação global (OLIVEIRA et al., 2014). Consiste em ajudar empresas e governos de todo o mundo a entender e comunicar seu impacto em questões críticas de sustentabilidade, como mudança climática, direitos humanos, governança e bem-estar social.

O GRI é um modelo amplo e pode ser dividido em diversos padrões, incorporando todo o tripé da sustentabilidade, para a elaboração dos relatórios que ajudam a identificar os impactos das operações da organização sobre o meio ambiente, econômico e da sociedade civil (BRANCO e BAPTISTA, 2015; CIPOLAT et al., 2010). Precipuamente, objetiva apontar informações confiáveis, relevantes e padronizadas para que a empresa avalie oportunidades e riscos a partir desses impactos e tome decisões mais embasadas sobre o assunto (GRI, 2019).

A década de 1990 marcou o período do surgimento e da consolidação de diversas organizações que se institucionalizaram para promover o tema da Responsabilidade Social Corporativa no Brasil. Assim sendo, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, em 1997 lançou o Balanço Social, demonstrativo publicado anualmente pela empresa que reuni um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e a comunidade. O Balanço Social tem como função tornar pública as práticas de Responsabilidade Social Corporativa, construindo maiores vínculos entre a empresa, sociedade e o meio ambiente, além de ser um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da RSC (IBASE, 2019). Em 1998, inaugurou-se o Selo Balanço Social –IBASE, uma forma de certificação disponível a empresas que utilizam e estão de acordo com as normas e diretrizes impostas pela organização (IBASE, 2008).

Outra base para o desenvolvimento social mundial são as diretrizes do Pacto Global, que reúne 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção e desenvolvem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade (PACTO GLOBAL, 2019). No Brasil, inaugurado em 2003, vinculada ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem como objetivo o desenvolvimento dos seguintes Grupos Temáticos (GTs): Água e Saneamento, Alimentos e Agricultura, Energia e Clima, Direitos Humanos e Trabalho, Anticorrupção e ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). As organizações que integram a iniciativa podem participar de projetos, possuem acesso a ferramentas, a uma plataforma de conhecimento e a uma extensa rede de relacionamentos, assim como a *cases* nacionais e internacionais (PACTO GLOBAL, 2019).

Por fim, mas não exaustivamente, a norma ABNT NBR ISO 26000. Trata-se de um conjunto de diretrizes sem propósito de certificação que auxilia as organizações a contribuírem para o desenvolvimento social sustentável. Está constituída em torno de sete

princípios norteadores: Responsabilidade por ações (*Accountability*); Transparência; Comportamento ético; Respeito pelos interesses dos *stakeholders*; Respeito pelo Estado de Direito; Respeito pelas normas internacionais de comportamento; Respeito pelos direitos humanos (INMETRO, 2019).

Esse conjunto de princípios subsidia a orientação das decisões e ações das organizações a serem tomadas e executadas, considerando os padrões comportamentais esperados de uma empresa que diz ser socialmente responsável. Vale salientar que a ISO 26000 não é uma norma com fins de certificação, mas sim de orientação, daí a opção pela criação de princípios, e não de regras (SILVA e SIQUEIRA, 2015).

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa pode ser classificada como de natureza exploratório-descritiva, onde uma análise minuciosa e descritiva do objeto de estudo é realizada (MARCONI e LAKATOS, 2013). Gil (1999) diz que as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral sobre o objeto da pesquisa, sendo este instrumento escolhido, atentando-se que há uma carência na exploração do assunto dentro do recorte geográfico escolhido.

Caracteriza-se como pesquisa qualitativa, por estudar o significado de um grupo em suas condições de forma real, representar opiniões e perspectivas, abranger condições contextuais que visem contribuir com revelações sobre conceitos existentes e que possam ajudar a explicar o comportamento de tal grupo (YIN, 2016).

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (1999), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. Para tanto, foram utilizados materiais existentes sobre Responsabilidade Social Corporativa, como livros, periódicos e artigos científicos. Como a pesquisa ocorre em um conjunto de populações previamente definido, pretende-se identificar o cenário da prática da Responsabilidade Social Corporativa dentro do recorte geográfico previamente escolhido, apontando as bases para a evidenciação dessa prática.

O universo do estudo é constituído pelo conjunto de empresas situadas na Região Administrativa de Sorocaba – SP, afiliadas ao Instituto Ethos até 10 de julho de 2019, data do fechamento da pesquisa.

Inicialmente, buscou-se no website do Instituto Ethos as empresas afiliadas que estivessem localizadas na região geográfica definida para este estudo. Em seguida, as informações foram obtidas diretamente nos websites das empresas. Os dados foram catalogados e sistematizados com o auxílio de planilha do Excel<sup>®</sup>, possibilitando mais confiabilidade nas análises.

A Figura 2 sistematiza o delineamento metodológico básico adotado nesse estudo.

**Figura 2** – Delineamento metodológico da pesquisa



#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Instituto Ethos, até o momento de fechamento da coleta de dados para essa pesquisa, possuía 438 associados no Brasil e 1 associado no exterior (ETHOS, 2019). Desse total, 250 empresas encontram-se localizadas no estado de São Paulo, o que equivale a 57,07%. Não há aqui surpresa alguma, uma vez que o referido estado é detentor, no âmbito da federação, do maior número de empresas.

A Região Administrativa de Sorocaba é composta por setenta e nove municípios (79). Nesse conjunto de municípios localizam-se quinze (15) empresas que atuam diretamente na Responsabilidade Social Corporativa. O Quadro 1 demonstra as cinco (05) regiões de governo que integram a Região Administrativa de Sorocaba, juntamente com os municípios e respectivas empresas.

**Quadro 1** - Empresas localizadas nas respectivas cidades que compõem a Região Administrativa de Sorocaba.

Região Administrativa de Sorocaba		
Regiões de Governo	Cidades	Empresas
Avaré		
Botucatu	Botucatu	Duratex S.A.
	Boituva	Ace Schmersal LTDA. Grupo Petrópolis LTDA.
Itapetininga	Itapetininga	Duratex S.A. Seara Alimentos LTDA. 3M do Brasil LTDA.
	Itapeva	Votorantim Cimentos S.A.
	Mairinque	Cargill Agrícola S.A. 3M do Brasil LTDA.
Sorocaba	Salto de Pirapora	Votorantim Cimentos S.A.
	Sorocaba	CASA - Centro Automotivo Sul América PricewaterhouseCoopers Brasil TOTVS S/A
	Tietê	Noxi Química LTDA.
	Votorantim	Votorantim Cimentos S.A.

Importante salientar que, nessa primeira etapa, não foram consideradas as empresas do segmento bancário e de franquias, uma vez que se optou por incluir somente as empresas cujas práticas de RSC pudessem ser efetivamente evidenciadas na área (recorte geográfico) estabelecida para esse estudo. Dessa forma, as organizações que, embora tenham presença na região estudada, por serem filiais de suas respectivas sedes, não foram consideradas para efeito desse levantamento.

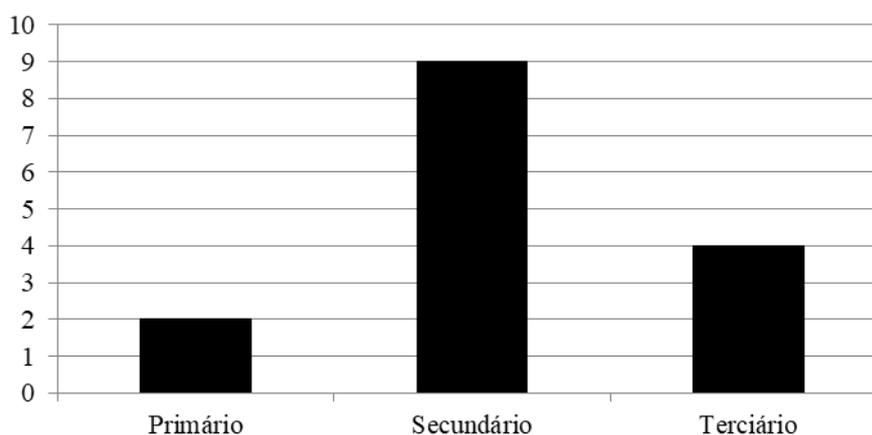
Observa-se que, dentre todas as regiões de governo, a de Avaré foi a única que não apresentou nenhuma empresa que atendesse o escopo dessa pesquisa. As regiões de Itapetininga e Sorocaba foram as que apresentaram maior número de organizações com o perfil desejado. Cada uma delas com três empresas, seguidas da região de governo de Boituva, com duas empresas, e as demais com uma empresa cada.

#### 4.1 Perfil das organizações

Das quinze (15) empresas pesquisadas, duas (02) se enquadram no setor primário; nove (09) no secundário e quatro (04) no setor terciário, conforme classificação apontada por Almeida et al. (2012).

A Figura 3 apresenta a classificação das empresas de acordo com o setor econômico.

**Figura 3** - Classificação das empresas de acordo com os setores da economia.



Nota-se que o maior número de empresas se encontra no setor secundário (industrial), com nove (09) unidades empresariais, característica corroborada pelo fato de o estado de São Paulo ser responsável pela maior parte da indústria nacional conforme Portal da Indústria (2019). É possível afirmar que, nesse setor o nível de exigência em relação às boas práticas de RSC é mais elevado se comparado aos demais, considerando a extensão do quadro de colaboradores, fornecedores, entre outros atores corporativos envolvidos.

As atividades principais das quinze (15) empresas pesquisadas estão detalhadas pela razão social, descrição da atividade exercida e seus respectivos códigos CNAE conforme o Quadro 2.

**Quadro 2** - Empresas e seus respectivos setores de atividade

<b>Razão Social</b>	<b>Descrição do setor de atividade.</b>	<b>CNAE</b>
Duratex S.A.	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada.	1621-8
Duratex S.A.	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada.	1621-8
Grupo Petrópolis Ltda.	Fabricação de cervejas e chopes.	1113-5
Ace Schmersal	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos.	2790-2
Seara Alimentos Ltda.	Abate de aves.	1012-1
3M Do Brasil Ltda.	Fabricação de outros produtos químicos.	2099-1
3M Do Brasil Ltda.	Fabricação de produtos de pasta celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado.	1749-4
Votorantim Cimentos S.A.	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado.	0810-0
Votorantim Cimentos S.A.	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado.	0810-0
Votorantim Cimentos S.A.	Fabricação de cimento.	2320-6
Cargill Agrícola S.A.	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho.	1042-2
CASA - Sul América	Seguro de veículos.	6512-0
PricewaterhouseCoopers Brasil	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária.	6920-6
TOTVS S.A.	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda.	6201-5
Noxi Química Ltda.	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas.	8299-7

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Receita Federal (2019).

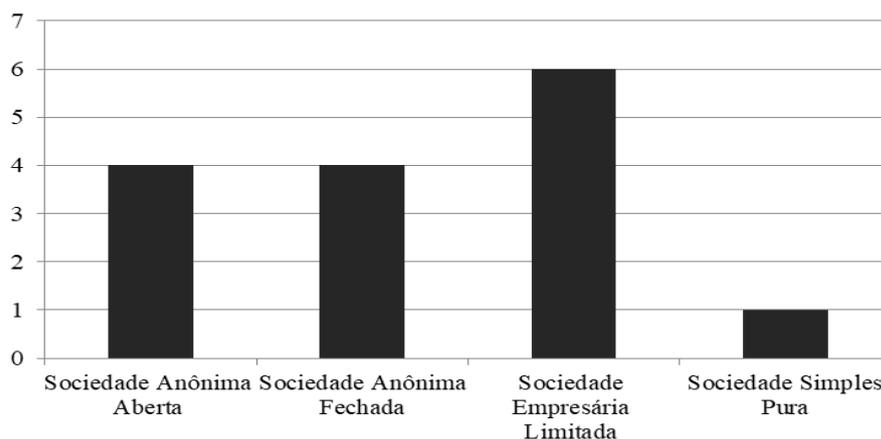
Há uma prevalescência do setor da indústria de transformação em relação às demais atividades dentro da Região Administrativa de Sorocaba, o que corrobora o postulado por SEADE (2019), para quem o recorte geográfico traz historicamente a presença de indústrias com forte atuação na região, tendo como característica do setor a demanda de uma grande massa de atores e recursos para que sua produção seja efetivada. Por conseguinte, a prática da Responsabilidade Social Corporativa dentro do mesmo, visa o desenvolvimento da própria empresa e da sociedade onde atua, colaborando com seus *stakeholders* de forma ética e responsável, seja em sua área social ou ambiental conforme apontado por Tenório (2006).

O terceiro setor (serviços) apresenta participação menos expressiva no cenário quanto à prática da Responsabilidade Social Corporativa de acordo com a pesquisa, porém, essa prática impacta diretamente a decisão de compra ou escolha pelo serviço prestado pelas empresas, como apontado no estudo realizado por Beck e Ferrari (2012).

Empresas de capital aberto possuem um nível de comprometimento maior em suas práticas de RSC, haja vista o fato de que suas ações sofrem oscilações positivas e/ou negativas no mercado acionário, além do que, seus acionistas (*shareholders*) querem maior rentabilidade de seu capital investido. Assim, é de grande importância a demonstração de seus resultados sociais, buscando agregar valor a marca e apoiar o ambiente social conforme apontam Higuchi e Vieira (2012).

A Figura 4 apresenta as classes de natureza jurídica das empresas pesquisadas, sendo evidenciada a quantidade um (01) de Sociedade Limitada Pura, quatro (04) de Sociedade Anônima Fechada, quatro (04) de Sociedade Anônima Aberta e seis (06) de Sociedade Empresária Limitada.

**Figura 4** - Natureza jurídica das empresas pesquisadas na Região Administrativa de Sorocaba.



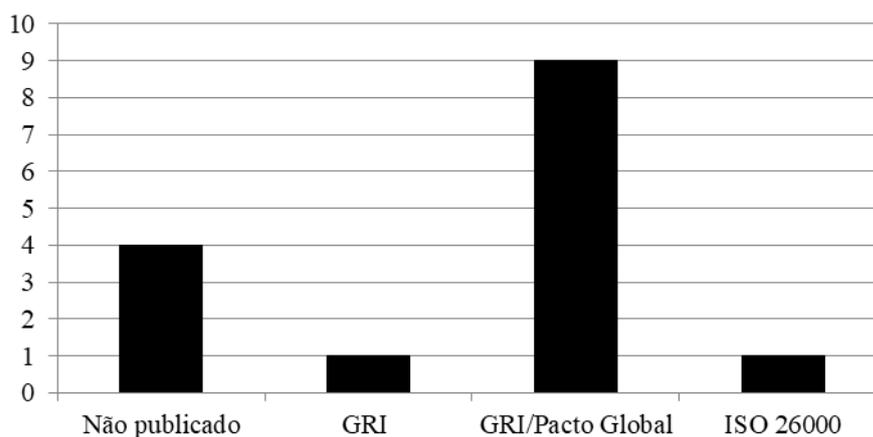
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Receita Federal (2019).

Observa-se que há predominância da Sociedade Empresária Limitada sobre as demais. As empresas de capital fechado estão adotando as práticas de RSC não apenas como preocupação do meio biofísico, mas, principalmente, porque querem crescer e sabem que sem essas práticas, serão rejeitadas em parcerias e negócios com outras corporações, fato que vai ao encontro do que advoga Tomei (1984) ao afirmar que toda empresa tem uma imagem pública que precisa ser valorizada, a fim de incrementar seu negócio, buscando melhorar sua imagem na comunidade em geral e junto aos seus clientes em especial.

Diante dessa prática podem-se evidenciar organizações responsáveis pela criação e orientação de bases e diretrizes disponíveis para que as empresas utilizem os modelos para a criação de seus relatórios sociais, bem como sua publicização.

No conjunto das empresas analisadas nesse estudo, foram encontrados três (03) modelos de relatórios de divulgação dos indicadores sociais, a saber: i) GRI; ii) Pacto Global (ONU) e iii) ISO 26000. A Figura 5 apresenta o quantitativo dessas organizações em relação aos modelos encontrados.

**Figura 5** – Bases e diretrizes orientativas de divulgação de relatórios



No cômputo das quinze (15) empresas pesquisadas, quatro (04) não publicaram relatórios em seus *websites*; uma (01) utiliza exclusivamente o modelo GRI; nove (09) utilizam o modelo GRI adicionando diretrizes do Pacto Global (ONU) e uma (01) se baseia exclusivamente em diretrizes da ISO 26000. A predominância do modelo GRI e Pacto Global pode ser explicada pelo fato de abrangerem toda a cadeia da sustentabilidade e não somente diretrizes sociais (GRI, 2019;BRANCO e BAPTISTA, 2015;CIPOLAT et al. 2010;PACTO

GLOBAL, 2019). O modelo Balanço Social/IBASE não foi evidenciado em nenhuma das empresas pesquisadas, mesmo sendo um modelo pioneiro no campo (IBASE, 2019).

#### 4.2 Redes bancárias e empresas filiais

Nesse subtópico será brevemente apresentado as empresas que possuem filiais na região de estudo; todavia, seus relatórios não foram alvo de investigação direta.

O Quadro 3 apresenta as empresas do segmento bancário e empresas filiais de outros segmentos que atuam dentro da Região Administrativa de Sorocaba, de acordo com seus respectivos setores de atividade denominados pelo código CNAE.

**Quadro 3** - Empresas de redes bancárias e filiais de acordo seus respectivos setores de atividade

Razão Social	Descrição do setor de atividade	Cód. CNAE
Banco Bradesco S.A.	Bancos múltiplos, com carteira comercial	6422-1
Banco Safra S.A.	Bancos múltiplos, com carteira comercial	6422-1
Itaú Unibanco S.A.	Bancos múltiplos, com carteira comercial	6422-1
Banco Santander do Brasil	Bancos múltiplos, com carteira comercial	6422-1
Cia de saneamento básico do estado de São Paulo - Sabesp	Captação, tratamento e distribuição de água	3701-1
Unimed	Planos de saúde	6550-2
Arthur Lundgren tecidos S.A - Casas Pernambucanas	Lojas de departamentos ou magazines, exceto lojas francas ( <i>Duty free</i> )	4713-0
C&A modas LTDA.	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	4781-4
CCR S.A.	<i>Holdings</i> de instituições não financeiras	6462-0
Companhia brasileira de distribuição - Grupo Pão de Açúcar	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	4789-0
WMB supermercados do Brasil LTDA.	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	4711-3
Arcos dourados comércio de alimentos LTDA.	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	5611-2
Carrefour comércio e indústria LTDA.	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	4711-3

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Receita Federal (2019).

Como dito anteriormente, essas empresas possuem filiais localizadas na região de estudo. Dessa forma, em que pese o fato de no *website* institucional a empresa fazer menção às suas práticas de RSC, para as filiais dispostas nessa localidade, pode-se afirmar que não possuem publicização de relatórios de RSC.

## 5 CONCLUSÃO

Esse estudo teve como objetivo mapear o posicionamento das empresas localizadas na Região Administrativa de Sorocaba – SP, afiliadas ao Instituto Ethos, quanto a prática da Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

A Região Administrativa de Sorocaba possui quinze (15) empresas associadas ao Instituto Ethos, presentes em nove (9) municípios que compõem a região. Na conjuntura setorial, no conjunto das empresas que publicam relatórios de RSC, há predominância de empresas do setor secundário (industrial), muito provavelmente em função dos impactos causados pelos seus processos produtivos, além do envolvimento de maior número de partes interessadas (*stakeholders*).

Quanto à natureza jurídica das empresas, predomina a Sociedade Empresária Limitada, pois, empresas de capital fechado buscam crescer e sabem que sem essas práticas, serão rejeitadas em parcerias e negócios com outras corporações.

O estudo demonstrou que das quinze (15) empresas analisadas, quatro (04) não apresentaram nenhum tipo de publicação social; uma (01) o fez exclusivamente no modelo GRI, nove (09) no modelo GRI adicionando diretrizes do Pacto Global (ONU) e somente uma (01) utilizou-se da norma ISO 26.000. Quanto aos modelos de relatórios utilizados pelas empresas, o GRI então foi o que apresentou maior utilização para elaboração de relatórios, seguido pelo Pacto Global (ONU). É de se atentar que o Balanço Social é um instrumento de grande importância no cenário da Responsabilidade Social Corporativa e não está presente em nenhum dos resultados obtidos. Para as empresas de redes bancárias e empresas filiais foi realizado uma breve apresentação sobre os setores de atuação das mesmas na região do estudo.

A limitação dessa pesquisa deve-se a dois pontos basilares. O primeiro diz respeito ao próprio recorte geográfico, o que, de certa forma, restringe o número de companhias a serem pesquisadas. O segundo, consubstancia-se no fato das análises ficarem restritas às informações contidas nos *websites* corporativos.

Todavia, como agenda para novos e futuros estudos, sugere-se ampliar o recorte geográfico, bem como escolher a partir de critérios pré-estabelecidos empresas que possam ser sujeitos numa abordagem de estudo de casos múltiplos.

## 6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. N.; SILVA, J. C. G. L.; ANGELO, H. Importância dos setores primário, secundário e terciário para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 1, p. 146-162, 2013.
- APPIO, J.; MADRUGA, B. P.; FRIZON, N. N. Responsabilidade Social Empresarial: um estudo de caso à luz da concepção piramidal de Archie Carroll. **Sistemas & Gestão**, v. 13, n. 3, p. 394-401, 2018.
- ARAUJO, M. R. M. Exclusão social e responsabilidade social empresarial. Maringá: **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 2, p. 417-426, 2006.
- ASHLEY, P. A. (Org.). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BARROS, R. P. M.; TENÓRIO, F. G. Responsabilidade Social: valor corporativo ou individual? O caso do consórcio de alumínio do Maranhão. São Luís: **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 1, n. 1, p. 46-65, 2007.
- BOWEN, H. **Social responsibilities of the businessman**. New York: Harper& Row, 1953.
- BRANCO, M. E. M. A. D. C.; BAPTISTA, I. C. S. Compromisso com a RSE no Pacto Global da Organização das Nações Unidas. Portugal. **Revista Inovar**, v. 25, n. 58, p. 81-90, 2015.
- BUSCH, S. E.; RIBEIRO, H. Responsabilidade socioambiental empresarial: revisão da literatura sobre conceitos. 2. ed. São Paulo: **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 4, n. 2, 2009.
- CARROLL, A. B. A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. 4. ed. Georgia. **The Academy of Management Review**, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.
- CIPOLAT, C.; BARD, K. K.; LUDKE, Q. P.; KRAEMER, E. I.; SILVA, A. F. Indicadores de Desempenho Social do Global Reporting Initiative (GRI) e as Ações de Sustentabilidade da Itaipu Binacional. **Anais...** Rio de Janeiro: VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2010.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **Municípios e regiões do estado de São Paulo**. Disponível em: [http://bi.seade.gov.br/SimTrabalho/pdf/mun\\_seade.pdf](http://bi.seade.gov.br/SimTrabalho/pdf/mun_seade.pdf). Acesso em 30 abr. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE – GRI. Disponível em: <[www.globalreporting.org](http://www.globalreporting.org)>. Acesso em 19 jul. 2019.

HIGUCHI, A. K.; VIEIRA, F. G. D. Responsabilidade social corporativa e marketing social corporativo: uma proposta de fronteira entre estes dois conceitos. Maringá: **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, v. 34, n. 1, p. 31-40, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES ECONÔMICAS – IBASE. **Balanco Social, dez anos: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS– IBASE. **Balanco Social: O desafio da transparência**. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS–IBASE. Disponível em: < <https://ibase.br>> acesso em 05 jul. 2019.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Responsabilidade Social Empresarial**. Disponível em: < <https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.XMtAy-hKiUk>>. Acesso em 02 mai 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO. **Responsabilidade Social**. Disponível em: < [http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/iso26000.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp)> acesso em 30 abr. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MOURA, A. A. F.; NASCIMENTO, F. S. P.; LUCA, M. M. M. Evidenciação voluntária de informações sociais por empresas de capital aberto sediadas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil: um estudo com base nos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU. **Anais...** Belo Horizonte: XVII Congresso Brasileiro de Custos, 2010.

OLIVEIRA, M. A. S.; CAMPOS, L. M. S.; SEHNEM, S.; ROSSETTO, A. M. Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. Rio de Janeiro: **Production**, v. 24, n. 2, p. 392-404, 2014.

PACTO GLOBAL – Disponível em: < [www.pactoglobal.org.br](http://www.pactoglobal.org.br)> acesso em 05 jul. 2019.

PASSADOR, C. S. A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento. Lisboa. **Anais...** VII Congreso Internacional del Clad Sobre La Reforma del Estado y de La Administración Pública, 2002.

PATROCÍNIO, B. A.; COHEN, M. A institucionalização da responsabilidade social corporativa na indústria farmacêutica: três estudos de caso. Londrina: **Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 49-83, 2016.

PORTAL DA INDÚSTRIA – Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br>> acesso em 06 ago 2019.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2013**. 6. ed. São Paulo: Dieese, 2013. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa\\_2013.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2019.

SILVA, A. W. P.; SIQUEIRA, E. S. A internalização dos princípios da norma 26000: o caso da Petrobrás. **Holos**, ano 31, v. 1, p. 227-243, 2015.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Responsabilidade Social Empresarial**: Teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOMEI, P. A. Responsabilidade social de empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional. Rio de Janeiro: **Revista de Administração de Empresas**, v. 24, n. 4, 1984.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa**: do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016.